

O POPULISMO NO BRASIL

Sérgio Luiz Bezerra Trindade¹

RESUMO

Um elemento muito recorrente nas análises clássicas sobre o fenômeno do populismo é a percepção de um suposto caráter imaturo e inconsciente dos trabalhadores urbanos. Essa singularidade seria o fundamento-mor para entender o apoio popular às lideranças populistas. De acordo com esta perspectiva teórica, os trabalhadores urbanos não possuíam uma socialização adequada para a criação de organizações partidárias e sindicais autênticas, que representassem efetivamente os seus interesses, estando submetidos, por lideranças carismáticas, a uma relação personalista, emocional, irracional e demagógica.

Palavras-chave: Populismo. Classe Social. Massas. Oligarquia.

THE POPULISM IN BRAZIL

ABSTRACT

This paper aims to discuss about a very recurrent element inside the classical analysis upon the populism phenomenon: the perception of a supposed immature and unconscious trait of the urban workers. This peculiarity would be the most important foundation for understanding the popular support to populist leaderships. According to this theoretical perspective, the urban workers did not have adequate socialization to create authentic partisan and union organizations, which could effectively represent their interest, being submitted, by charismatic leaderships, to a demagogical, irrational, personalist and emotional relationship..

Keywords: Populism. Social Class. Masses. Oligarchy.

¹ Professor – FARN. Mestre em Ciências Sociais. E-mail: slbtrindade@yahoo.com.br.

1 O LIMIAR DE UMA NOVA ORDEM

Fruto de um movimento armado vitorioso (a Revolução de 1930), instaura-se um governo centralizado, em substituição ao federalismo da República Velha. Tenta-se processar o desmantelamento dos mandonismos locais das oligarquias, sem entretanto destruir a sua força política, pois: “Intocadas em suas fontes de poder, estas [as oligarquias] subsistem como força local” (FAUSTO, 1994, p.110). Os partidos políticos são dissolvidos e o Congresso Nacional, fechado. Alguns governadores de estado são destituídos, e substituídos por interventores nomeados, de confiança do novo governo. Procedimento idêntico é adotado em relação aos municípios, onde os chefes locais (*coronéis*) são substituídos por intendentes de confiança dos interventores. Em substituição à estrutura do poder oligárquico, que é desorganizado, robustece-se o poder central da República e prestigia-se e fortalece-se o Exército nacional, base militar de sustentação do novo governo. Segundo Fausto (1994, p.110) os antigos grupos oligárquicos ligados ao regime deposto são substituídos “por outros situados na oposição. Entretanto as oligarquias se subordinam agora ao Poder Central, com a perda do controle direto dos governos dos Estados, onde são instalados interventores federais”.

Atendendo a algumas das principais promessas do movimento revolucionário, em 1932 baixa-se nova legislação eleitoral com vistas à moralização do voto e à ampliação dos direitos de cidadania. Entre as principais mudanças, incluem-se: criação da Justiça Eleitoral para garantir a lisura dos pleitos; instituição da representação proporcional e do voto secreto; extensão do direito de voto às mulheres; redução da idade para o exercício do voto – de 21 para 18 anos.

Dentro desse clima liberalizante, é convocada a Assembléia Nacional Constituinte. Pressionando por nova Constituição, face ao demasiado prolongamento do Governo Provisório, articulam-se a oligarquia e a burguesia paulistas, com o apoio de facções das oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, desencadeando o movimento armado conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo acaba isolado e cercado. Rende-se. Mas, mesmo vencedor, o governo de Vargas cede. As eleições se realizam e a Constituinte é instalada em 10 de novembro de 1933, sendo a Constituição promulgada em 16 de julho de 1934. Além dos avanços eleitorais já mencionados, a Carta in-

corpora importantes conquistas sociais e abre espaço para a realização de conquistas econômicas.²

No período entre 1930 e 1945, a ação político-partidária é quase inexistente. Os grupos políticos regionais foram razoavelmente contidos. No entanto, a afirmação da prevalência do poder central sobre os regionalismos, uma das características marcantes do movimento revolucionário de 1930, não chegou a expressar-se inteiramente no campo político. Não houve, para ilustrar a fraqueza política do movimento e a uma certa robustez dos grupos oligárquicos, a criação de partidos políticos nacionais. Nos primeiros anos pós-Revolução, continuou a sobreviver o antigo quadro do regionalismo partidário estadual, o que revela uma considerável debilidade do novo projeto político. Somente pela força e por uma certa dose de fisiologismo foi possível estabelecer um maior controle sobre os grupos políticos oligárquicos.

À medida que a nova ordem e seus condutores não conseguem corresponder a tantas expectativas criadas, começam a emergir os descontentamentos e as frustrações. Dentro desse clima de insatisfações crescentes, desenvolvem-se movimentos de caráter extremista, capitaneados pela Aliança Nacional Libertadora, próxima ao Partido Comunista, e pela Ação Integralista Brasileira (AIB), com crescimento acelerado, disciplinada estrutura organizacional, expressiva formação de quadros e militância ativa, constituindo-se em ameaça à integridade do regime.³

No clima de efervescência política da primeira metade dos anos 1930, em meio ao choque de idéias e confusão de doutrinas, tornam-se freqüentes os confrontos entre essas duas organizações políticas radicais e rivais, desandando não raras vezes para a pancadaria.

² Nas questões sociais, as conquistas da Constituição eram avançadas, garantindo autonomia aos sindicatos e algumas vitórias trabalhistas, como férias dos trabalhadores e a criação da Justiça do Trabalho. Apesar da garantia constitucional da independência dos sindicatos, o que ocorreu na prática política foi a multiplicação dos sindicatos que "colaboravam com o Estado", liderados por pelegos.

³ O Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, agia na clandestinidade. Infiltrava-se principalmente no meio operário, intelectual, acadêmico e nos quartéis. Seguiu a orientação de Moscou, onde se decidiam as linhas básicas de sua estratégia e ação. Na década de 30, buscou aliança com setores da burguesia nacional, através da Aliança Nacional Libertadora, e desencadeou a luta armada em 1935 (Intentona Comunista). Por vários motivos, que não nos cabe aqui analisar, o movimento fracassou e serviu de pretexto para a implantação do Estado Novo em 1937. A Ação Integralista Brasileira nasceu em 1932 sob o lema "Deus, Pátria e Família", inspira-se num conteúdo nitidamente fascista. Prega e defende um nacionalismo exacerbado, bem como um radical posicionamento anticomunista. Por isso, a AIB aplaude o desbaratamento dos comunistas em 1935 e, por afinidade ideológica, apóia o golpe de Estado desfechado por Vargas em 1937.

A Revolução de 1930, se bem que trouxesse algumas inovações, não tinha um plano nacional elaborado a partir de uma interpretação global da realidade brasileira. Nem a sociedade estava suficientemente amadurecida, nem as elites estavam preparadas para tanto. Os problemas não eram percebidos dentro de uma dimensão nacional integrada, mas encarados isoladamente, quase como se cada um constituísse um desafio à parte. Sem um projeto nacional global, a ação do governo central foi marcada pelo oportunismo e pela improvisação e, nisso, Vargas se revelou um exímio artista, hábil e sagaz. Um verdadeiro mestre. Movimentava-se com extrema sensibilidade política, dosando seus atos de acordo com as forças em que se apoiava.

Com a expansão da indústria e a intensificação do processo de urbanização, alimentado por crescente êxodo rural, verifica-se acelerado crescimento da média burguesia e do operariado urbano. O meio rural, entretanto, parece intocado; a população continua presa a padrões de vida e condições de trabalho pré-capitalistas e opressivas. Assim, são as classes urbanas que se tornam ativas em suas reivindicações sociais e políticas. E é principalmente para elas que se volta, na sua dimensão social e política, a atenção do governo.

O governo de Vargas é marcado pela extrema maleabilidade. Vargas tinha do Estado uma concepção de super-autoridade moderadora, que procurou – e conseguiu – expressar e exercer dentro do seu estilo pessoal. Com extrema habilidade, sua maior característica, manipula o poder dentro do melhor espírito acomodaticio. Ouvia muito e dava a impressão de atender a todos. Confiava no tempo para aparar arestas. Tinha como norma **deixar como está para ver como fica**. Sob a aparência da ação, contemporizava. Quase sempre, conciliava. Seus artifícios: malícia, astúcia e, em última instância, a maldade moral. Não abdicava da perseguição aos adversários. Subornava inimigos, promovia incapazes, neutralizava habilmente as tensões opostas. E, acima de tudo, com essa estratégia, pontificava.

Por seus desdobramentos, a Revolução de 1930 não chegou a ser um movimento verdadeiramente popular. Não contou propriamente com a participação do povo. Somente com a sua adesão. Foi mais um movimento de cúpula, o povo participando mais como objeto do que como sujeito. O *slogan* de Antônio Carlos, então presidente de Minas Gerais,⁴ – “façamos a revolução antes que o povo a faça” – é um marco histórico do período

⁴ Até 1930, os governantes estaduais recebiam a denominação de Presidentes.

“que se abre com aquele movimento e se encerra com o golpe de estado de 1964”. As “elites” se antecipam e as “massas populares permaneceram neste período [...] o parceiro-fantasma no jogo político”, sem nunca “participar diretamente dos grandes embates, sempre resolvidos entre os quadros políticos dos grupos dominantes, alguns dos quais reivindicando para si a interpretação legítima dos interesses populares” (WEFFORT, 1980, p.15).

No Brasil dos anos 30, praticamente não havia povo, no sentido político do termo. Em virtude das estruturas de desigualdades gritantes, havia um certo conformismo por parte da população. Aceitavam-se os sub-padrões de existência. As aspirações eram limitadas. As massas desamparadas, grande parte delas vindas do campo para a cidade, buscavam apenas proteção, desejavam apenas um pai, um protetor. A quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, gerou uma crise econômica e social sem precedentes na história contemporânea e representou, para a América Latina, de modo geral, e para o Brasil, de modo particular, um

marco da ruptura da ordem tradicional, estruturada no período da colonização européia. Afirma-se que, ao desintegrar-se o sistema de relações tradicionais, o setor subordinado da população – composto via de regra por camponeses – perde gradualmente os vínculos que mantinha com os mediadores, os intermediários políticos, que punham em funcionamento a intrincada rede de patronato. Boa parte dessa camada despossuída dirige-se para áreas urbanas em crescimento, e aí, carecendo de estruturas de organização e de filiação social e política, dilui-se como massa mais ou menos indiferenciada, à mercê de mecanismos que reproduzem o padrão rural de relacionamento. Vale dizer, novas formas de patronato e de dependência. (DULCI, 1986, p. 24).

A marca histórica do patriarcalismo, com quatro séculos, já estava bastante internalizada. No meio rural as massas despossuídas tinham a “proteção” dos grandes proprietários de terras; ao virem em grande número para os centros urbanos, elas caem no anonimato indiferenciado da cidade, sem vínculos de referência e sem “proteção”. Getúlio Dornelles Vargas – latifundiário, bacharel em Direito, de família de políticos gaúchos – estende o manto do patriarcalismo rural sobre o país. Cria e projeta sobre o país a imagem de **pai dos pobres**. Com uma mão protege os trabalhadores, criando uma legislação social adiantada para a época, a Consolidação das

Leis do Trabalho (CLT), de 1943, porém fortemente marcada pelo caráter paternalista, calcada que foi no modelo congênere fascista, e, também, para os deserdados, estende o assistencialismo da Legião Brasileira de Assistência (LBA), despertando nas massas o sentimento de gratidão e, no limite, a ovação. Concomitantemente, privilegia a burguesia urbana em ascensão com favores, principalmente através do Banco do Brasil.

Com efeito, Vargas conseguiu, com razoável sucesso, romper as barreiras da estagnação e abrir caminho para a modernização da sociedade brasileira. Com habilidade, buscou apoio junto à burguesia industrial e ao operariado urbano. E, ainda, de alguns grupos oligárquicos rurais. Estimulando a indústria, gerando empregos e protegendo os trabalhadores, teve por objetivo integrar no sistema produtivo e elevar a situação social de importantes contingentes populacionais historicamente marginalizados. Autoritariamente, mas com extrema habilidade, impôs, administrou e arbitrou um pacto social entre a burguesia nacional e o operariado urbano. Imaturos para administrar seus conflitos, o Estado supre-lhes essa e outras deficiências.

2 O VELHO TRAVESTIDO DE NOVO

Entre 1930 e 1945 não há classes hegemônicas em condições de empalmar o poder e conduzir o país. Com a crise da economia agrário-exportadora, os grandes proprietários rurais entraram em decadência, reduzindo-se, conseqüentemente, seu poder econômico e político, processo tornado irreversível. Como diz Weffort (1980, p.19):

Desde a crise de 1929, que desarticula o velho capitalismo agrário voltado para a exportação e desde a revolução de 1930 que rompe a hegemonia das oligarquias rurais – a cidade vem progressivamente oferecendo as condições econômicas e políticas para a proposição do conjunto dos problemas do país. Nestas circunstâncias, as populações urbanas representariam no conjunto do povo o contingente politicamente decisivo.

Entretanto, a burguesia urbana era ainda uma classe emergente – débil e despreparada para o exercício do poder. Há um crescimento acelerado das classes médias, dos trabalhadores urbanos e das massas populares marginalizadas, com aspirações gerais e específicas – tudo num clima de crescente efervescência. A inexistência de uma classe hegemônica, ou de

uma aliança de classes suficientemente estruturada, abre espaço e caminho para a implantação da ditadura estadonovista – um poder superior, forte e centralizado, como instrumento para conter os excessos, arbitrar inapelavelmente os conflitos de interesses e traçar as regras de convivência da sociedade e os rumos do país.

Ao contrário de regimes totalitários vigentes em outros países, como o *fascismo* italiano e o *nazismo* alemão, o *getulismo* nem era totalitário, nem era uma doutrina.⁵ E ainda: o pouco de princípios doutrinários que tinha eram pouco definidos, de tênue coloração, caracterizando-se por um conjunto de táticas e habilidades para a tomada e manutenção do poder – uma política de conciliação e improvisação, com vistas a manter o equilíbrio de uma sociedade em transição – primária e precariamente organizada – que necessitava da tutela umbilical do Estado todo-poderoso. Controlando verticalmente a sociedade e tratando problemas de forma emocionalista, explorou ao máximo o sentimentalismo da população, granjeando simpatia, entusiasmo e apoio de grande parte da massa agradecida e embevecida. As massas, politicamente imaturas, foram aliciadas, através da propaganda oficial. O Estado Novo projetou a imagem patriarcal de Vargas sobre os pobres e os humildes, que lhe correspondiam com o mais puro sentimento de gratidão. A oposição, como em todo país totalitário ou ditatorial, foi silenciada, através da censura, da prisão ou do exílio.

Vargas talvez seja a figura mais contraditória e debatida da vida política brasileira. O mais amado; o mais odiado. Com ele teve início o populismo no Brasil. Essa política, fundada na sedução das classes sociais de menor poder aquisitivo, principalmente das massas urbanas, tem no líder gaúcho não só o seu arquiteto e representante maior, mas também seu mártir. Pela permanência e pelos seus efeitos, o que mais se impõe do legado *getulista* é a sua política sindical e trabalhista. Sua visão de Brasil está impregnada de um espírito de colaboração entre as classes, visão essa herdada do fascismo. A estrutura sindical pretendia a construção da nação via controle da classe operária. Urdida na Era Vargas, principalmente na fase estadonovista, as concepções varguistas foram as responsáveis pelo encaminhamento das questões políticas, econômicas e sociais do período que vai de sua deposição, em 1945, à de João Goulart, em 1964.

⁵ O *getulismo* é do período autoritário, de 1937 a 1945.

Autores como Souza (1976) discordam da tese de que o regime instaurado após a deposição de Vargas e findo com a queda de Goulart tenha algo de ruptura com o que se encerrava. Para ela, o novo regime era mais uma continuidade do que se encerrava, pois o advento de eleições diretas e do pluripartidarismo foi sobreposto à estrutura do sindicalismo gestado nas entranhas do Estado Novo e do sistema de interventorias. Os grupos que se beneficiaram da ditadura *varguista* tiveram sua permanência assegurada pelo Código Eleitoral de 1945, que estabeleceu como critério básico para o registro dos partidos sua abrangência nacional; mais, estipulando que as sobras das votações deveriam ser carreadas para o partido mais votado.⁶ O novo código beneficiava claramente o PSD, partido que montou uma considerável máquina política durante o Estado Novo, que, aliado ao PTB, ocupou a primeira cena do jogo político-eleitoral. A aliança PSD-PTB viabilizou a emergência política das massas como avalistas do processo político-partidário.

PSD e PTB ergueram uma estrutura política e construíram um novo pacto que consubstanciou o chamado populismo brasileiro, que, ressalte-se, não pode e não deve ser reduzido à simples manipulação das massas, como também não pode ser explicado como produto de sua passividade. A diversidade dos movimentos populistas que atravessaram a história mostra a dificuldade de estabelecer comparações, o que não impede de se extrair uma análise que seja comum. As experiências russa, estadunidense e sul-americana aparecem como as mais típicas.

O populismo latino-americano surge na década de 1930, e está entre os mais citados, tendo, ele próprio, uma configuração variável. Assumindo contornos da esperança, em nome da nação e da justiça social, algumas de suas figuras populares e carismáticas emergem em situações provocadas por governos fracos e corruptos, violentos e atabalhoados.

O termo *populismo* tem sido utilizado para designar diversos fenômenos históricos, vário no tempo e no espaço. Como lembra Gomes (apud FERREIRA, 2001, p.20), é “um conceito com um dos mais altos graus de compartilhamento, plasticidade e solidificação” no espaço acadêmico das ciências sociais e históricas e no âmbito de uma cultura política nacional. Segundo Ianni (1991, p.18), tanto nos EUA, como em países africanos, asiáticos e eu-

⁶ Sobre o Código Eleitoral e seus desdobramentos, ver Franco (1974, p. 77-82).

ropeus, ocorreram “movimentos de massas, partidos políticos e governos que os estudiosos de sociologia, política, economia e história denominam populistas”. Na América Latina, o populismo começou a ser seriamente estudado nos anos 1950, com o surgimento dos primeiros trabalhos sobre o tema; mas somente nos anos 60 é que estes trabalhos tiveram uma melhor abordagem teórica.⁷ Em alguns deles, o populismo é explicado

pela ausência ou escassez de canais de agregação de interesses e de participação classista, permitindo a líderes carismáticos se apossarem do poder e utilizar as massas disponíveis para sustentá-lo, sem que haja, no processo decorrente, espaço político para que evolua a livre representação dos interesses de classe. (DULCI, 1986, p. 24).

No Brasil, mais especificamente,

o “populismo”, como categoria explicativa, teve a função de responder a uma pergunta inquietante: por que os trabalhadores manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante o Estado Novo e quais as razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar líderes trabalhistas e votar no PTB? Em torno da pergunta, formulações de vários matizes surgiram, sendo as mais disseminadas as que aludem à manipulação dos trabalhadores, sempre desviados de um caminho que se queria ideal, e a uma postura antiestatal, sempre condenadora do Estado e vitimizadora da sociedade (FERREIRA, 2001, p. 8).

As primeiras formulações sobre o populismo foram esboçadas na segunda metade dos anos 1940, no contexto da redemocratização, logo após a queda de Vargas, mas sem grande respaldo acadêmico, buscando construir “politicamente imagens politicamente desmerecedoras do adversário” (FERREIRA, 2001, p.8). Somente na década de 50, começou a aparecer como temática através do Grupo Itatiaia, formado por um seletivo número de estudiosos, criadores do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

⁸ Os trabalhos que se poderia citar são: **Dependência e desenvolvimento na América Latina**, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; **Para uma política latino-americana**, de Torcuato di Tella.

(IBESP), que se reuniam para “discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do país”. A idéia desses intelectuais buscava produzir “uma nova visão de mundo”, que possibilitaria a criação de “projetos políticos capazes de solucionar problemas estratégicos por eles identificados e equacionados”. Um dos problemas diagnosticados era a emergência “do populismo na política brasileira” (GOMES, 2001, p.22-23).

Mais tarde, cientistas sociais da Universidade de São Paulo, como Weyffort (O populismo na política brasileira), Fernando Henrique Cardoso (Dependência e desenvolvimento na América Latina), Octávio Ianni (O colapso do populismo no Brasil) e outros, foram mais sistemáticos quanto ao conceito, formulando-o para representar o período que se inicia e termina com as quedas de Vargas em 1945, e de Goulart em 1964, respectivamente. Tal formulação nasce quando, em meados dos anos 50 e no final da mesma década, despontam de forma contundente as lideranças de Ademar de Barros e Jânio Quadros, respectivamente, em São Paulo.

No vocabulário político brasileiro, o termo “populismo” só foi utilizado de maneira corrente após 1945. Em sua primeira acepção, serviu para designar movimentos políticos exclusivamente voltados para a manipulação popular, tipicamente o ademarismo. Mais tarde, porém, passou a indicar o próprio arranjo de poder que subsistiu ao longo do período, perdendo em grande parte a conotação algo pejorativa que possuía de início. O sentido original, no entanto, permaneceu: populismo tem a ver com massas populares. Getúlio Vargas, o principal artífice do sistema, conquanto não utilizasse o vocábulo, empregava a idéia. Em famosa entrevista que concedeu em 1949, disse: “Eu não sou propriamente um líder político. Sou, isto sim, um líder de massas”.⁸ (DULCI, 1986, p.23).

Dessa forma, vale assinalar algumas idéias e conteúdos argumentativos presentes em dois modelos de interpretação sobre o populismo que foram significativamente apropriados, majoritária e naturalmente sob uma forma fragmentada e residual, pela literatura clássica que trata do tema.

⁸ A frase proferida por Vargas foi extraída por Dulci (1986) de um texto de Samuel Wainer, **O debate da sucessão presidencial não poderá mais ser contido**, utilizado por Carlos Lacerda.

Literatura clássica seria o conjunto de abordagens que integram os estudos pioneiros acerca do populismo na América Latina, de modo geral, e no Brasil, em particular. Estes estudos foram realizados a partir da década de 1950, por Gino Germani e Torcuato Di Tella. Ambos são, quanto à temática e as diretrizes encaminhadas, autores seminais. No Brasil, Ianni e Weffort ocupam posição idêntica. Os dois, a partir de meados da década de 1960 – relativamente influenciados pelo instrumental teórico produzido por Germani e Di Tella – são precursores e clássicos. São possivelmente, no Brasil, os de maior difusão no meio acadêmico, nas publicações de livros didáticos de História e no meio jornalístico.

Para esses autores brasileiros, o fenômeno populista consistiu, no país, num sistema de dominação e sustentação política que perdurou durante os anos de 1930 a 1964. É considerado uma etapa no processo de transformação da sociedade brasileira, marcado pelo incremento da urbanização e da industrialização. A industrialização substitutiva de importações, orientada pelo Estado, o nacionalismo e a oposição ao imperialismo e à oligarquia seriam alguns dos traços mais expressivos do fenômeno populista, que consistia numa coalizão policlassista, na qual os interesses da burguesia prevalecem. Um elemento muito recorrente nessas análises clássicas é a percepção de um suposto caráter imaturo e inconsciente do proletariado urbano, sendo tal peculiaridade o fundamento-mor para entender o apoio popular às lideranças populistas. Sem lideranças e instituições que efetivamente representassem os seus interesses, o operariado urbano estaria submetido a uma relação personalista, irracional, demagógica e emocional das lideranças populistas, visto que os sindicatos, seus órgãos de representação e organização, estavam atrelados ao e tutelados pelo Estado. As análises acerca do populismo trazem uma certa uniformização, o que dificulta mais que ajuda na configuração do fenômeno. Descrevendo, de forma sucinta, os movimentos populistas em várias regiões do mundo, diz Ianni (1991, p.18-19) que a

multiplicidade de movimentos, partidos, governos e ideologias desde logo denota grande disparidade de configurações históricas, combinações de classes sociais, técnicas de ação política, estilos de liderança, programas e assim por diante. É evidente que esses fenômenos variam conforme o contexto sócio-cultural, político e econômico de cada país e segundo a ocasião.

Num país como o Brasil, de dimensões continentais e padrões culturais diversos, as visões teóricas acerca do populismo não podem ser iguais. Podem, quando muito, aproximar-se. O Brasil do norte é diferente do Brasil do sul. Logo,

o populismo não poderia ser o mesmo nas duas regiões. O populismo do Centro-Sul não é o mesmo do Norte-Nordeste, ainda que, em ambas as regiões, tenha se disseminado mais nas áreas urbanas. São iguais na aparência; diferem na essência. Como fenômeno sócio-político, o populismo tem diversas faces e configurações, muito embora tenha sido naquele momento histórico, anos 30 aos 60, “a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nestes decênios e da necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político” (WEFFORT, 1980, p.61).

Ainda na mesma direção, da diversidade como fenômeno e da difusão urbana, assinala Weffort (1980, p.61-62) sobre o populismo:

Produto de um período de crise e solidário em sua própria formação com as peculiaridades deste período, o populismo foi um fenômeno político que assumiu diversas facetas e estas foram freqüentemente contraditórias. Desse modo, é às vezes difícil para quem tenha vivido, de um modo ou de outro, os problemas políticos dessa etapa histórica, fazer uma referência de conjunto ao movimento populista que englobe toda a sua diversidade. Desde 1945 até 1964, são vários os líderes de ressonância nacional (três Presidentes e alguns Governadores de Estado) que buscam conquistar a adesão popular nos centros mais urbanizados do País. Cada um deles tem um “estilo”, sua política pessoal quase sempre pouco explícita e sua ideologia, ainda menos explícita e muitas vezes confusa. Suas diferenças, em alguns casos suas contradições, são de uma tal ordem que se torna difícil perceber neles alguma significação fundamental comum, além do interesse que todos têm na conquista do voto popular e na manipulação das aspirações populares.

Estudiosos⁹ têm se empenhado em dar uma descrição precisa do populismo, porquanto a imprecisão com que o termo é empregado. Têm surgido grandes diferenças na comparação da diversidade de situações concretas do populismo, visto que, com o rótulo de populismo, “são classificados di-

⁹ Octávio Ianni, Francisco Weffort, Otácio Dulci, Regina Sampaio, Ernesto Laclau, Torcuato Di Tella, entre outros, ocuparam-se em desvendar conceitualmente o fenômeno populista.

ferentes movimentos ou sistemas em distintas épocas históricas” (DULCI, 1986, p.23). São poucos os conceitos tão amplamente utilizados na análise política dos fatos recentes, ainda que definido com tão pouca precisão. Segundo Laclau (1978, p.149), tem-se conhecimento intuitivo quando se refere como “populista a um movimento ou a uma ideologia. Porém, enfrentamos as maiores dificuldades para traduzir essa intuição em conceitos”, tendo em vista faltar, de acordo com Bobbio (1992, p.980), uma “elaboração teórica orgânica e sistemática ao populismo”. Seria mais correto falar em populismos. Abordando o tema, Gomes (2001, p.19) afirma que “escrever sobre populismo no Brasil será sempre um risco. Por incompletude ou por má compreensão, por adesão ou por rejeição, o texto será alvo fácil para crítica de todas as espécies”.

Assim, diante da dificuldade de abordar o tema, em virtude das discrepâncias e das multiplicidades de interpretações, sem falar na debilidade conceitual, resolveu-se buscar um espaço teórico de intersecção, mesmo com os poucos pontos de referência doutrinários, visando à determinação de um padrão conceitual aceitável.

A alternativa almejada é examinar genericamente a teoria acerca da emergência do populismo na América Latina e no Brasil, de modo mais particular, num dado momento histórico, procurando algumas especificidades comuns.

Enumera-se, dessa forma, quatro dimensões que, ao nosso ver, são comuns ao fenômeno populista no Brasil, nos anos que medeiam o final da ditadura de Vargas (1945) e o início do regime militar (1964):

- 1) A conjuntura histórica é de crise (a gênese foi a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929 e a posterior deflagração do movimento revolucionário de 1930), motivada pelo desenvolvimento econômico, que tornou o Brasil de um aglomerado de plantações tropicais numa economia semi-industrializada, e seus desdobramentos: A) sociais, como os deslocamentos de populações entre regiões do país, predominantemente de áreas rurais para áreas urbanas, e a emergência – ao lado dos grupos oligárquicos e da massa rural politicamente desqualificada – do operariado urbano e dos grupos médios; B) políticos, como a formação do Estado nacional como epicentro de decisões, interferindo solidamente nos processos econômicos e sociais. Essas alterações levam à percepção de que as estruturas estão ultrapassadas, e conseqüentemente ao choque entre estas e novas estruturas.

- 2) O populismo seria uma recomposição social, nesse contexto de crise econômica, política e social, através de arranjos, expressos em alianças ou pactos de grupos sociais em torno da condução do processo de mudança. Esses arranjos decorrem, paralelamente, do atraso da introdução da democracia formal no Brasil, que trouxe, para os grupos dirigentes, os seguintes problemas: dificuldade para executar um controle eficaz sobre as massas urbanas e a oposição e para organizar as massas urbanas em movimentos que traduzissem com autenticidade os seus anseios.
- 3) O populismo teve, sempre, uma relação muito estreita com o nacionalismo. Conforme Bobbio (1992, p.982), não é possível a coexistência do populismo com o internacionalismo. São incompatíveis, preconiza o grande pensador italiano, visto que num sistema populista há uma clara divisão entre povo e "não-povo", sendo este "tudo o que é extrínseco a um povo histórica, territorialmente e qualitativamente determinado". O "não-povo", na visão de Bobbio, pode ser representado internamente por uma elite imperialista.
- 4) Os movimentos populistas foram capitaneados por políticos carismáticos, nascidos dos embates políticos do mundo moderno, produzidos pela cidade-estado ocidental, na feliz observação de Weber. Esses líderes carismáticos se apresentavam como autênticos renovadores dispostos a tudo mudar, mas que também traziam consigo o germe do paternalismo. Não eram novos, suas práticas em muito se assemelhavam àquelas que vieram combater. O líder carismático-populista era mais importante do que o partido ao qual pertencia. Sem prática com a complexidade da vida política, as massas identificavam-se mais facilmente com um movimento se o faziam por intermédio de um líder, principalmente se este as emocionava.

Emoliente para curar crises de hegemonia política, essa parece ter sido a origem do populismo. No caso do Brasil (e também da América Latina), crise de hegemonia das oligarquias rurais, instalada quando "as classes médias puderam abrir a 'crise de legitimidade' do poder oligárquico mas não encontraram condições para ir além dos marcos que este já havia instaurado no Estado". (WEFFORT, 1980, p.118).

Dulci (1986, p.25), na mesma linha de raciocínio afirma:

O Estado Populista nasceu em circunstâncias especiais. A crise do capitalismo internacional, desencadeada em 1929, levou ao colapso o modelo agro-exportador em que estava fundamentada de maneira estrita a economia brasileira, arrastando consigo a estrutura oligárquica de dominação política que lhe correspondia. A Revolução de 1930, sobrevindo imediatamente, foi a manifestação histórica desse processo de crise.

Segundo Ianni (1991, p.59), é com a crise do Estado oligárquico que o populismo aporta na América Latina. Com a crise das estruturas oligárquicas, o populismo torna-se um elemento ativo no declínio final do Estado oligárquico, sucedendo os movimentos em que predominava a classe média, casos do *battlismo*, do *yrigoyenismo* e do *tenentismo*, respectivamente, no Uruguai, na Argentina e no Brasil, e que representam as primeiras reações mais firmes contra esse tipo de Estado.

A crise oligárquica abre espaço para a emergência dos grupos populares. Está aí a gênese do populismo. Esses grupos, genericamente chamados de massas, são mostrados como se fossem homogêneos, obnubilando as divisões sociais e econômicas intra-sociedade e criando a idéia de povo como unidade, como uma comunidade de interesses solidários. Segundo Dulci (1986, p.20), por ser coligacional, o populismo “contém uma tendência nítida à diluição das fronteiras entre os diversos grupos componentes, obscurecem-se as linhas de demarcação das classes sociais, na medida em que se privilegiam as categorias ‘povo’ e ‘nação’, símbolos de unidade.” O povo é uma idéia chave, “o valor fundamental é o *povo*; [...] o ‘povo’ é concebido retoricamente como o conjunto de pessoas despossuídas, mas encarado na prática como a massa mobilizada pelo movimento.” Elimina-se, assim, o antagonismo, transformando-o numa simples diferença. E uma classe é hegemônica quando consegue articular diferentes visões de mundo de tal maneira “que seu antagonismo potencial seja neutralizado” (LACLAU, 1978, p.168).

A relação entre populismo e industrialização é estreita e tem sido freqüentemente abordada. Os movimentos populistas ou nacional-populares emergem, segundo Germani (apud IANNI, 1991, p.26-27), num momento de ruptura, como “fenômenos sócio-culturais e políticos fundamentais e característicos da época de transição da sociedade tradicional à sociedade urbano-industrial.” Quase um tensionamento entre

as áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas de um país. Diz Ianni (1991, p.27-28):

A realidade latino-americana da época do populismo é essa realidade complexa, composta de heterogêneos, de não contemporâneos, repleta de sobrevivências e arcaísmos. Mas essa realidade está em transição. Pouco a pouco, reduz-se o peso do tradicional e cresce a importância do moderno. No limite estaria a sociedade urbano-industrial, democrática, racional, onde não haveria nem demagogos nem carismáticos. No curso da transição, entretanto, surgem os movimentos populistas, ou nacional-populares, compostos principalmente de amplas massas de escassa ou nenhuma experiência no mundo urbano.

A partir dos anos 20, o processo de urbanização por que passa o Brasil é acentuado. E essa urbanização desenfreada e desordenada causa profundos problemas sociais, visto gerar, nas massas urbanas, o que Di Tella chama de "revolução das expectativas". Expectativas nem sempre atendidas, para não dizer freqüentemente frustradas. Donghi (1975, p.216-217), analisando a América Latina, por volta de 1945, descreve uma insuficiência no sistema de transportes, escassez de energia tornando necessário o racionamento, déficit habitacional, favelização das cidades. As classes mais elevadas também passam por alguns transtornos (especulação imobiliária, dificuldades nos transportes urbanos, etc.). Amparado teoricamente por Di Tella, Ianni (1991, p.30) ressalta que

os movimentos populistas precisam ser compreendidos nos quadros dos mecanismos de mudança social que singularizam a história da América Latina nas décadas dos vinte aos sessenta. As massas urbanas recém-vindas das zonas rurais sofreriam forte impacto do que os economistas denominam "efeito-demonstração" e que Di Tella rebatiza de "efeito deslumbramento". A simples mudança do campo para a cidade, além da escolarização e a influência dos meios de comunicação de massa, provocam nas massas urbanas de formação recente a elevação dos seus níveis de aspiração social e econômica, ou a "revolução das expectativas". Na

medida em que se cria e muitas vezes se aprofunda o abismo entre as aspirações e as satisfações, em especial na esfera ocupacional, as pessoas passam a sentir o que alguns sociólogos chamam de "incongruência de status".¹⁰

Para conseguir a adesão das massas urbanas, as expectativas têm de ser, pelo menos, parcialmente atendidas. Por isso, o Estado populista precisa ampliar as possibilidades de consumo visando a atender a parte das expectativas criadas pelas massas. Dessa forma, segundo Weffort (1980), a política populista tem um custo pela adesão popular, independente da extensão de sua capacidade de manipulação, assumindo responsabilidades com a democratização do Estado e obrigações com o crescimento das possibilidades de consumo, que incorre na necessidade de aumentar a oferta de emprego, ou seja, deve ser competente o suficiente para preservar ou intensificar o ritmo de desenvolvimento econômico e social que havia proporcionado o surgimento das classes populares e que naquele momento mantinha a vigência das alianças populistas.

A retórica nacionalista e a personificação da ideologia são como irmãos siameses. O discurso nacionalista contra os grupos oligárquicos e a ordem estabelecida são feitos pelo líder populista, sobre quem estão centradas todas as atenções. O líder populista dirige-se à massa, mas sem perder de vista os outros segmentos da sociedade. Graciarena (apud IANNI, 1991, p.32-32), abordando o populismo latino-americano, destaca:

Ideologicamente, estes movimentos se caracterizam por uma retórica dirigida contra a oligarquia e o sistema vigente, em geral definidos de modo vago, numa linguagem que não toma essas questões em termos de luta de classes. Fala-se em pobres e ricos, trabalhadores e ociosos, ou em "descamisados", gostava de

¹⁰ A definição que segue foi extraída de Johnson (1997, p.222) "A incongruência de status é uma condição que ocorre quando indivíduos têm algumas características de status que são classificadas como relativamente altas ou relativamente baixas. Na maioria das sociedades complexas, as posições de indivíduos no sistema de ESTRATIFICAÇÃO baseiam-se em várias características, tais como prestígio ocupacional, renda, nível de educação atingido e, em muitos casos, raça, gênero, etnicidade e idade."

dizer Perón (sic). Mas para que esse tipo de linguagem possa ter eficácia sobre os diversos setores da classe média, os movimentos nacional-populares têm evitado utilizar muito abertamente a terminologia classista. Outros componentes importantes dessa ideologia têm sido o nacionalismo e o antiimperialismo, temas que podem servir para sensibilizar e aglutinar a classe média desenvolvimentista. Entretanto, nesses movimentos a ideologia é secundária, já que para ter efeito precisa ser “personificada”. Aqui, a fonte de poder é o líder e não a ideologia. [...] O que importa, para a legitimidade da ideologia, é que esta emane do líder, seja “sua criação” e não de outros ideólogos.

Segundo Weffort (1980, p.62), cada líder populista desenvolve um “estilo” próprio, com uma política personalista muito pouco explícita, com um ideário também pouco explícito e, por vezes confuso, com diferenças tão acentuadas que, muitas vezes, fica difícil uma percepção de algo em comum, além do anseio em conquistar o voto popular.

Seria temerário enquadrar o populismo brasileiro – e latino-americano – apenas num dado momento histórico. As análises mais recentes desmentem o enquadramento do populismo como uma manifestação sócio-política somente do período 1930-1964.¹¹ No período compreendido, porém, o populismo representou uma crise de hegemonia dos grupos oligárquicos e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, um processo de manipulação das camadas populares bem como um canal através do qual estas exprimiam suas aspirações. Entretanto, mesmo tendo surgido numa crise de hegemonia dos grupos oligárquicos, o populismo não estava imune a crises. Elas faziam parte de seu arcabouço, visto a proteção oferecida a forças contraditórias.

¹¹ Numa análise sobre o fenômeno populista no Brasil e na América Latina, autores como Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes, e outros fazem uma abordagem *sui generis* sobre o conceito, questionando algumas teorias que enquadram o populismo como um fenômeno somente enfrentado pelas sociedades que enfrentavam uma transição – de uma economia agrário-exportadora para uma urbana-industrial.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UnB, 1992.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DULCI, Otávio. **A UDN e o antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1974.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octavio. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático de linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,